

EDITAL DE LICITAÇÃO

1 20583 1,0000 UN Execução de obra de pavimentação asfáltica
com CBUQ, com fornecimento de material e mão-de-obra, sob forma de
empreitada global, para parte da Av. irmãs Consolata.

empreitada global, para parte da Av. irmãs Consolata. deverão ser executados os serviços pertinentes conforme especificado no memorial descritivo em anexo, orçamento discriminado, cronograma físico-financeiro e projeto da obra.

Obs.: Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valor unitário superior ao valor de referência conforme planilhas e memorial descritivo.

Encargos Gerais da Licitação

01 - Local da entrega das propostas....: Prefeitura Municipal de Paulo Bento

02 - Local de entrega do Objeto Licitado: Conforme descrito no edital

03 - Prazo de entrega das Propostas: 05/04/2021

04 - Prazo de entrega do Objeto Licitado: conforme descrito no edital

05 - Condições de Pagamento: Conforme Cronograma Físico Financeiro

ua

06 - Validade da Proposta: 60 (Sessenta) Dias

I - PREÂMBULO:

1.1. O Município de Paulo Bento/RS, através de seu Prefeito Gabriel Jevinski, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta à licitação na modalidade **Tomada de Preços**, do tipo **Menor**



Preço Global, com abertura para o dia 05/04/2021 às 09:00 horas, tendo como local a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO BENTO, sita a Avenida Irmãs Consolata, 189, na sala do Departamento de Licitações, onde a Comissão Permanente de Licitações estará reunida com a finalidade de receber os envelopes n° 01 contendo a Documentação e n° 02 contendo a Proposta de Preço referente a este Edital.

1.2. Serão consideradas aptos para participarem da presente Tomada de Preços os participantes que estiveram devidamente cadastrados no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Bento, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação

II - OBJETO:

- 2.1. Constitui objeto da presente licitação a Seleção de Propostas Visando contratação de empresa para execução de obra de requalificação Urbana, pavimentação asfáltica com CBUQ, com fornecimento de material e mão-de-obra, em trechos das Ruas São Paulo, São José, Silva Jardim, Gaspar Martins e São João, na cidade de Paulo Bento RS, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro.
- 2.2. As obras e serviços serão executados com fornecimento de equipamentos, ferramentas, material e mão-de-obra necessária à execução da obra, e, em conformidade com os respectivos projetos básicos, memoriais descritivos, planilhas quantitativas/orçamentárias e cronogramas básicos, anexos.
- 2.3. O valor de referência máximo para a contratação é de R\$ 325.500,00(Trezentos e vinte e cinco mil e quinhentos reais), conforme consta nas planilhas quantitativas orçamentárias em anexo.

ÍTEM	PROJETO	TRECHO COMPREENDIDO	TOTAL ITEM			
1	Av Irmãs Consolata Continuação, até a Rua Gaspar Martins					
TOTAL GERAL >>>						

III - DO CADASTRO:

- 3.1. Para obtenção do Certificado de Registro Cadastral de Fornecedor do Município de Paulo Bento/RS, as licitantes interessadas deverão apresentar os seguintes documentos:
- 3.1.1. Declaração que atende ao disposto no art. 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n° 4.358/02;

3.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:



- a) Registro comercial no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quanto à atividade assim o exigir.

3.1.3. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- c) Prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional(PGFN);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, relativas ao domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Declaração, observadas as penalidades cabíveis, da inexistência de impedimentos para licitar e contratar;
- g) <u>Comprovante de regularidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas</u> e Suspensas (CEIS), emitida a menos de 10 dias.
- h) Comprovante de idoneidade/não haver restrição de contratar com a Administração Pública, junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedoras, emitida a menos de 10 dias.
- i) Certidão negativa de protestos de títulos expedida pelo cartório da comarca sede da empresa, com data não superior a 30 dias contados a partir da data de abertura dos envelopes.

3.1.4. REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa.



3.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia (CREA), válida na data da abertura da Licitação;
- b) Comprovação de "CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL", através de prova de o licitante possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior (engenheiro civil ou outro devidamente reconhecido pela entidade CREA), detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado(s) da respectiva CAT Certidão de Acervo Técnico, devidamente registrada na entidade profissional competente. Sendo que o(s) atestados(s) deverá(ão) demonstrar a execução pretérita satisfatória de serviços semelhantes.
- b.1. Deverá ser comprovado vínculo entre o profissional técnico detentor da Certidão de Acervo Técnico CAT, exigida na alínea "b", e a empresa licitante. A comprovação far-se-á mediante a apresentação da respectiva ficha de registro de empregados, se o profissional compuser o quadro permanente da empresa, ou, por meio da apresentação do respectivo contrato de trabalho ou de prestação de serviços ou, ainda, por outro documento idôneo à demonstração de que a interessada se pode valer da capacidade técnica do profissional indicado para a consecução da obra objeto da futura contratação. Se o atestado estiver em nome de sócio da empresa licitante, a comprovação do vínculo far-se-á por meio do contrato social em vigor.
- c) Atestado de "Capacitação Técnica", em nome da EMPRESA EM QUE CONSTE COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO O PROFISSIONAL INDICADO, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrado nas entidades profissionais competentes, com a comprovação de que o responsável técnico detentor do atestado de "Capacitação Técnica", pertence ao quadro funcional da empresa, comprovação esta que poderá ser através de cópia autenticada do contrato de trabalho com a empresa ou Carteira Profissional ou Ficha de Registro de Empregados. Obs.: Em se tratando de sócio da empresa, a comprovação se dará através de apresentação de cópia do contrato social em vigor da empresa.

****PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA E VALOR SIGNIFICATIVO****

Descrição				
Execução de Reperfilagem em CBUQ	160,00 m³			



Execução de Camada de Rola	mento em CBUQ 10	0,00 m³					
CBUQ para tapa buracos com Caminhão	Térmico/Caçamba Térmica 1	,00 m³					

- d) O(s) atestado(s) acima mencionado(s) que comprova a especialização e capacitação em serviço de Engenharia em nome do PROFISSIONAL somente será aceito se estiver acervado no respectivo Conselho acompanhados da competente Certidão de Acervo Técnico CAT, em nome do responsável técnico pelos serviços, devidamente habilitado.
- d.1) É vedada a somatória de atestados para o mesmo item, devendo cada serviço, ser comprovado em atestado único.
- d.2) Declaração da empresa licitante de que conhece o local de execução da obra e concorda com o memorial, planilhas e projetos apresentados.

3.1.6 COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO TÉCNICA OPERACIONAL -

- a) A licitante deverá apresentar comprovação de que possui usina de asfalto a quente localizada a uma distância não superior a 200km em relação a obra que permita que a massa asfáltica seja transportada com a manutenção dos limites de temperatura necessários tecnicamente para execução dos serviços com os padrões de qualidade exigidos conforme especificação do DAER.
- b) Projeto de CBUQ Faixa "B" DAER, com data de elaboração não superior a 3 anos.

c) Apresentação do Licenciamento Ambiental:

- c.1) Junto ao órgão ambiental competente para as atividades de usinagem de asfalto à quente e britagem de origem CBUQ;
- c.2) No caso de a empresa não possuir usina própria poderá utilizar-se de usina de terceiros, juntando, neste caso, declaração de disponibilidade das instalações, assinada pelo proprietário da mesma, juntamente com a comprovação do Licenciamento Ambiental junto ao órgão competente, sendo que a usina deverá estar situada a uma distância com os padrões de qualidade exigidos pelo DAER/RS;
- c.3)Licença de Operação, emitida por órgão ambiental competente, válida para Fontes Móveis de Poluição com no mínimo 1(um) veículo para Transporte Rodoviário de Produtos e/ou Resíduos Perigosos em nome da empresa participante do certame;
- c.4) Comprovação de registro no Cadastro Técnico Federal e Certificado de Regularidade de Atividades Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, coordenado pelo IBAMA, na forma do art. 17, II, da Lei 6.938/81;



- d) Declaração assinada pelo representante legal da empresa de que disporá do aparelhamento (máquinas e equipamentos) adequado e indispensável à realização do objeto do certame, com, no mínimo, os bens a seguir relacionados:
- c.1) 01 (uma) motoniveladora pesada equipada com escarificador;
- c.2) 01 (um) rolo compactador vibratório liso;
- c.3) 01 (um) rolo compactador pneumático;
- c.4) 02 (dois) caminhões caçamba basculante;
- c.5) 01 (um) caminhão espargidor de asfalto;
- c.6) 01 (uma) vibro acabadora.
- c.7) 01 (um) caminhão com caçamba térmica;

3.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.
- OBS: É vedada substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser utilizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- a.1) As empresas constituídas a menos de 01 (um) ano deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou do livro diário contendo o balanço de abertura.
- a.2) Na hipótese de ser o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a licitante deverá apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial.
- b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento.
- 3.3. Os documentos constantes dos itens 3.1.1 a 3.1.4 deverão ser apresentados em original, ou por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial. As certidões poderão ser extraídas dos sistemas informatizados, se disponíveis em tal forma, mediante uso da tecnologia da certificação digital, ficando sujeitos a verificação de sua autenticidade pela Administração.
- OBS.:As cooperativas além de atenderem todas as exigências do item 6.1 (envelope 01) pertinentes à habilitação, deverão apresentar os seguintes documentos: 1) Estatuto social com ata da assembleia de aprovação, que comprove que a Cooperativa tem como objeto a prestação de serviços exigidos nesta licitação;



2) Regimento interno, juntamente com a ata da assembleia que o aprovou; 3) Relação de todos os associados, sendo que o objeto da licitação deverá ser prestado, no caso de cooperativa vencedora, por cooperativado integrante da lista acima referida, discriminando e comprovando a data de ingresso destes na cooperativa; 4) Registro na Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul-OCERGS; 5) Ata de fundação da cooperativa, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul; 6) Ata de sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora; 7) Atas de eleição dos dirigentes e conselheiros fiscais, realizadas através de assembleias gerais ordinárias; e 8) Registro de presença dos cooperados em assembleias gerais.

IV - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

- 4.1. Após a hora limite para o recebimento dos envelopes solicitados nenhum outro será aceito, nem permitidos adendos ou alterações das ofertas apresentadas.
- 4.2. Serão considerados inexistentes quaisquer condições trazidas pelos participantes alheias às descritas neste Edital.
- 4.3. O não cumprimento de qualquer item deste Edital implicará na desclassificação da proposta.
- 4.4. O credenciamento do licitante como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (enquadrada nas exigências do art. 34 da Lei nº 11.488/07), somente será procedido pela Comissão Permanente de Licitações, se o interessado comprovar tal situação jurídica, na forma estabelecida nos itens 4.6 e 4.7 deste Edital.
- 4.5. A não comprovação de enquadramento da empresa como ME, EPP ou cooperativa, significa renúncia expressa e consciente, desobrigando a Comissão Permanente de Licitações, dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, aplicáveis ao presente certame.
- 4.6. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, deverá apresentar, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que ainda se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.
- 4.7. As cooperativas que tenham auferido no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar n° 123/2006



e suas alterações, e no art.34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que ainda se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.

- 4.8. A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atendam os itens 4.6 e 4.7 e que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.
- 4.9. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que contenham alguma restrição.
- 4.10. O prazo de que trata o item 4.8 poderá ser prorrogado, uma única vez e por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- 4.11. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 4.8, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

V - DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS:

5.1. Os documentos necessários à habilitação e às propostas serão recebidos pela Comissão de Licitações no dia, hora e local mencionados no certame em 02 (dois) envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente como de n° 01 e n° 02, contendo a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE PAULO BENTO

Tomada de Preços N° 1/2021

ENVELOPE N° 01 - DOCUMENTAÇÃO

PROPONENTE: (Nome da Empresa)

AO MUNICÍPIO DE PAULO BENTO

Tomada de Preços Nº 1/2021

ENVELOPE N° 02 - PROPOSTA DE PREÇO



PROPONENTE: (Nome da Empresa)

5.2. Cada envelope deverá conter a documentação e as informações necessárias ao processamento e julgamento regular da presente licitação, pertinentes a fase de habilitação e proposta financeira, observando, respectivamente, as determinações constantes no presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO:

- 6.1. Para a habilitação o licitante deverá apresentar no envelope n° 01:
- a) Certificado de Registro Cadastral CRC atualizado fornecido pelo Município;
- b) Nome do responsável técnico, com vínculo empregatício ou como sócio da licitante, bem como comprovação de seu registro junto ao conselho de classe competente.
- c) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos à habilitação;
- d) Declaração de que conhece e concorda com todos os termos do presente Edital;
- e) Apresentar atestado de "capacidade técnica", EM NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO da EMPRESA, devidamente registrado no CREA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução, de contrato semelhante com o ora licitado, em características, quantidades e prazos. Deverá ser apresentada a respectiva certidão de acervo técnico (CAT).

Obs.: No que tange aos atestados, as parcelas de maior relevância que serão analisadas no momento da verificação dos atestados de capacitação técnica serão as seguintes:

Descrição	Quantidade		
Execução de Reperfilagem em CBUQ	160,00 m³		
Execução de Camada de Rolamento em CBUQ	100,00 m³		
CBUQ para tapa buracos com Caminhão Térmico/Caçamba Térmica	1,00 m³		

f) Atestado de Vistoria assinado pelo responsável técnico indicado pelo Município e pelo responsável técnico da empresa licitante.

ObS) A vistoria ao local da obra deverá ser realizada no dia 29 de Março de 2021, das 07:45 as 12:00 horas, com agendamento prévio pelo telefone 54 3613 0075, com



o Engenheiro Civil, sendo que o responsável técnico da licitante, deverá apresentar identidade profissional, documento de vinculação com a empresa e comprovante de registro de pessoa jurídica junto ao CREA ou CAU.

- g) Declaração do licitante atestando que não possui em seus quadros societários, servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
- 6.2. Se o proponente se fizer representar, deverá juntar procuração ou carta de credenciamento, outorgando poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação, com assinatura, do outorgante, devidamente reconhecida por autenticidade em cartório/tabelionato.
- 6.3. Se o Certificado de Registro Cadastral CRC do licitante estiver dentro do prazo de validade, mas houver vencido alguma das certidões previstas no item 3.1.3, poderá apresentar, juntamente com o CRC, a correspondente Certidão atualizada.

VII - DA PROPOSTA FINANCEIRA:

- 7.1. O envelope n° 02 deverá conter:
- a) A proposta financeira do participante da licitação, rubricada em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o valor mensal para a execução dos serviços, objeto desta licitação, com indicação da razão social da empresa, n° do CNPJ/MF, endereço completo (com n° do telefone e e-mail), n° do CPF do responsável pela assinatura do contrato, nome do banco, n° da conta-corrente e da agência bancária da empresa licitante.

Proposta com prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias a partir da data de sua apresentação, com indicação do número desta licitação e deverá:

- b) Conter o preço por item para a execução da obra, compreendendo todos os custos diretos e indiretos, inclusive com planilha que expressem a composição de todos os seus preços unitários, inclusive planilha orçamentária discriminativa do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizado e respectivo detalhamento de sua composição;
 - c) Planilha Orçamentária;
 - d) Cronograma Físico-Financeiro;
 - e) Planilha de Encargos Sociais;
 - f) BDI



7.2 **DECLARAÇÃO** mencionando o prazo de **GARANTIA DA OBRA**, que não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos, assinado pelo representante da proponente e pelo responsável técnico. OBS: Caso não conste ou não declare, entende-se que a licitante está garantindo a obra pelo prazo antes referido.

OBSERVAÇÕES:

- a) No preço proposto deverão estar incluídas todas as despesas com materiais, mão-de-obra, encargos sociais, fiscais, comerciais, trabalhistas, transporte, ferramentas e equipamentos auxiliares, seguros e demais encargos necessários à perfeita execução de todo o objeto desta licitação.
- b) Não serão aceitas as propostas de preços que constem erros de cálculos nos preços propostos.
- c) Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições das propostas.
 - d) Os preços propostos permanecerão fixos até o final da entrega
- e) Indicação do banco, número da conta corrente e agência (código e do banco), para fins de pagamento, caso a empresa reste vencedora, bem como nome, número da Carteira de Identidade, CPF, estado civil e endereço residencial do representante legal da empresa licitante. Caso os dados não sejam apresentados nesse momento, poderá o licitante o fazê-lo durante a sessão de abertura dos envelopes, constando em ata os respectivos dados.
- 7.2. Serão considerados excessivos, acarretando DESCLASSIFICAÇÃO da proposta os preços superiores ao "Preço Orçado" (PO) que é de: R\$ 325.500,00 (Trezentos e vinte e cinco mil e quinhentos reais).
- 7.3. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data aprazada para a sua entrega.
- 7.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

VIII - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

8.1. O julgamento das propostas classificadas segundo os parâmetros estabelecidos nesta licitação obedecerá ao critério do **Menor Preço Global**.



- 8.2. Deste modo, a classificação final do certame dar-se-á no sentido de que o primeiro colocado seja o encontrado nas propostas de menor preço global, e os demais, na ordem crescente dos valores ofertados.
- 8.3. No dia e local designados no preâmbulo deste Edital, na presença dos licitantes ou de seus representantes legais que comparecerem e demais pessoas que quiserem assistir o ato, a Comissão Permanente de Licitações iniciará os trabalhos, examinando os envelopes de Documentação e Proposta de Preço, os quais serão rubricados pelos seus componentes e licitantes ou seus representantes legais, procedendo a seguir a abertura do envelope Documentação.
- 8.4. Os documentos contidos no envelope nº 01 serão examinados e rubricados pelos participantes da Comissão, bem como pelos proponentes ou seus representantes legais.
- 8.5. Na impossibilidade de se realizar o julgamento durante a sessão de abertura, a mesma será suspensa, designando-se o dia para a divulgação do resultado, devidamente publicado ou através de ciência pessoal, para conhecimento de todos os participantes.
- 8.6. Os envelopes Proposta de Preço das proponentes inabilitadas ficarão a disposição dos licitantes, após a fase de habilitação, os quais serão devolvidos mediante recibo, pela Comissão Permanente de Licitações.
- 8.7. Serão inabilitados da presente Licitação, os participantes que apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras, entrelinhas, cancelamento em partes essenciais, sem a devida ressalva, constando esse fato ou motivo que lhe deu causa.
- 8.8. Se todas as propostas forem inabilitadas, a Administração poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para reapresentação de nova documentação, escoimadas da causa que ensejou a inabilitação.
- 8.9. As propostas contidas no envelope n° 02 serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações, bem como pelas partes proponentes ou seus representantes legais presentes, procedendo-se a seguir a leitura dos preços.
- 8.10. Será considerada vencedora a licitante que apresentar o **Menor Preço Global**.



- 8.11. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os participantes serão convocados.
- 8.12. A fórmula a ser adotada para o sorteio será escolhida pelos participantes empatados. Não havendo consenso na escolha, esta será decidida pelo responsável pela Licitação.
- 8.13. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 4.6 deste edital.
- 8.13.1. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa, pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor (empate ficto).
- 8.13.2. Ocorrendo empate, na forma do item anterior, na fase de classificação das propostas, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após solicitação da Comissão Permanente de Licitações, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será considerada vencedora do certame.
- b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 8.13.1 deste Edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea "a" deste item.
- c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.
- 8.13.3. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 8.13.2 deste Edital, será considerado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originalmente de menor valor.



- 8.13.4. O disposto nos itens 8.13 a 8.13.3 deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item 4.6 deste edital).
- 8.13.5. Ocorrendo as situações previstas no item 8.13.2, a Comissão Permanente de Licitações comunicará a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, por intermédio de fax ou correio eletrônico.

IX - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

- **9.1.** As obras e serviços objetos desta licitação deverão ser iniciadas imediatamente após a emissão da autorização para início de obra e efetuados em até 60 (sessenta) dias.
- 9.2. A contratada deverá fornecer ART/RRT de execução, relativa ao serviço, em nome do responsável técnico indicado para habilitação da empresa.
- **9.3.** Caso durante a execução da obra se verifique a necessidade de substituição do responsável técnico, deverá ser comunicado por escrito ao Engenheiro Civil do Município, sendo que o novo profissional indicado deverá comprovar que possui a mesma qualificação técnica anterior.

X - DA FISCALIZAÇÃO:

10.1. A fiscalização será de competência da Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Trânsito e também através do Engenheiro Civil do Município, dentro dos padrões determinados pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

XI - DO PAGAMENTO:

- 11.1 O pagamento será efetuado conforme o cronograma físico-financeiro da obra, mediante a apresentação da planilha de medição emitida pelo Engenheiro Civil do Município, devendo a nota fiscal ser apresentada na Secretaria Municipal da Fazenda, Indústria, Comércio e Serviços do Município de Paulo Bento/RS, vincula a liberação dos valores relativos ao convenio ########.
- 11.2. Para o efetivo pagamento, as faturas deverão acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço.
- 11.4 A liberação da última parcela fica condicionada a apresentação, pela Contratada do termo de recebimento definitivo da obra, emitido pelo Município.



- 11.5 Como prestação de garantia, a CONTRATADA, exceto Sociedade Cooperativa, se obriga, no ato de pagamento de cada parcela, deixar retido na Tesouraria do Município, a quantia correspondente a 5% (cinco por cento) de caução sobre o valor da parcela ou qualquer outra modalidade de garantia prevista no artigo 56, parágrafo 1° da Lei Federal 8.666/93. A referida importância será liberada ou restituída após a execução do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
 - 11.6. A liberação do pagamento da primeira fatura ficará condicionada a:
- 11.6.1. Apresentação, pela Contratada, do comprovante de inscrição da obra (CEI) na Receita Federal para fins Previdenciários.
- 11.6.2. Retenção na fonte do ISS (Imposto Sobre Serviços), incidentes sobre a obra ou a prestação do serviço.
- 11.7. A liberação dos demais pagamentos ficará condicionada à apresentação mensal, pela Contratada, das guias de recolhimento, comprovando o pagamento dos tributos e contribuições sociais a seguir referidos: do INSS (Seguridade Social) e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Servico).

XII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. Servirá para cobertura da despesa da presente Licitação as seguintes dotações orçamentárias:

05.01.15.451.0180.1221.4.4.90.51.99.00.00 05.01.15.451.0180.1372.4.4.90.51.99.00.00

XIII - DA ADJUDICAÇÃO:

13.1. Após o recebimento das propostas, exame do Processo Licitatório e Homologação do mesmo, se nenhuma irregularidade se verificar, será adjudicado o fornecimento do objeto a(s) autora(s) da(s) proposta(s) de Menor Preço Unitário, conforme descrito anteriormente.

XIV - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 14.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada as seguintes sanções:
 - a) Advertência;



- b) Multa de 10% do valor do contrato, no caso de inobservância de qualquer cláusula contratual;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou.

XIV - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

15.1. Dos atos da Administração praticados no Procedimento Licitatório em curso caberão os recursos previstos no artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

XVI - DO PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

- 16.1. Esgotados todos os prazos de recurso a Administração notificará o licitante vencedor para no prazo de 03 (três) dias assinar o Contrato, sob pena de decair o direito da contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 16.2. Ao licitante vencedor convocado para assinar o contrato que não o fizer no prazo estipulado, será aplicada multa de 5% sobre o valor do Contrato.
- 16.3. Se dentro do prazo o convocado não assinar o contrato a Administração Municipal convocará os licitantes remanescentes na ordem de classificação para assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, sem prejuízo da multa imposta no item anterior para o faltante.

XVII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DA HOMOLOGAÇÃO:

- 17.1. Não serão aceitas propostas e documentos enviados por fax ou por e-mail.
- 17.2. A apresentação da proposta pela licitante implicará aceitação deste Edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura, o licitante for declarado vencedor, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta Tomada de Preços.



- 17.3. O Município reserva-se o direito de aceitar, total ou parcialmente, quaisquer propostas, ou a todas rejeitar, sem que caiba ao proponente indenização de qualquer espécie.
- 17.4. A inabilitação da licitante em qualquer das fases do procedimento licitatório importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.
- 17.5. O participante vencedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do artigo 65 da Lei Federal n° 8.666/93.
- 17.6. A homologação da presente Tomada de Preços é de competência do Senhor Prefeito.
 - 17.7. Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:
 - I declaração do menor;
 - II declaração de enquadramento para ME e EPP;
 - III modelo de proposta financeira;
 - IV minuta do contrato.
- 17.8. A Lei Federal nº 8.666/93 regerá as hipóteses não previstas neste Edital.
- 17.9. É facultada a Comissão Permanente de Licitações ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originariamente de documentação ou proposta de preços.
- 17.10. Da reunião para recebimento e abertura das propostas lavrar-se-á Ata Circunstanciada. Só terão direito de usar a palavra, rubricar propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as atas, os participantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Permanente de Licitação.
- 17.11. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

XVIII - DO HORÁRIO E LOCAL DE OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS:



- 18.1. O Edital será afixado para consulta e conhecimento de todos no quadro de avisos do prédio da Prefeitura Municipal, podendo ser obtido pelos interessados, junto a Secretaria de Administração do Município, nos dias úteis, no horário de expediente.
- 18.2. Esclarecimentos e maiores informações poderão ser obtidos junto a Comissão Permanente de Licitações ou junto a Secretaria de Administração ou através do telefone: (54) 3613.0092.
- 18.3. Os casos omissos no presente Edital serão solucionados pela Comissão Permanente de Licitações.

Prefeitura de Paulo Bento, RS, 15 de Março de 2021.

Gabriel Jevinski
Prefeito



ANEXO I

DECLARAÇÃO

Ref. ao Processo de Licitação Tomada de Preços N° 1/2021

A empresa	, inscrita	no CNPJ sob
n° , por intermédio	de seu represent	tante legal o(a)
Sr.(a), portador	(a) da Carteir	a de Identidade
n° e do CPF n°	, DECLARA,	para os fins do
disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n $^{\circ}$	8.666, de 21 de	junho de 1993,
acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro d	e 1999, que não	emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou	insalubre e não e	emprega menor de
dezesseis anos.		
Ressalva: emprega menor, a partir de quato ().	rze anos, na cond	ição de aprendiz
, emde		de 2021.
Nome completo e assinatura do representante lo	egal da empresa	_
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a re	ssalva acima)	



ANEXO II

Ref. ao Processo de Licitação Tomada de Preços N° 1/2021

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME e EPP

	А	empres	a						_,	inscr	ita	no	CNPJ	sob
n°					_, po:	r mei	o de	seu	Resp	onsáve	el Le	gal e	Contad	or ou
Técni	CO	Contábil	, DECLA	RA, sob	as pe	enas	da le	ei, qu	ue:					
a)	en	quadra-s	e na si	tuação	de mi	croem	presa	ou e	empr	esa de	pequ	ieno p	orte;	
b)	0	valor da	receita	bruta	anual	da so	ocied	ade,	no ú	ltimo	exerc	cício,	não ex	cedeu
	0	limite f	ixado n	os inci	sos I	e II	, art	. 3°,	da	Lei Co	omple	menta	r n° 12	3/06;
c)	nã	o se enq	uadra e	m quais	quer c	das h	ipóte	ses d	de ex	clusã	o rel	aciona	adas no	art.
	3°	, § 4°,	incisos	I a X,	da me	esma	Lei.							
	Ро	r ser ex	pressão	da ver	dade,	firm	amos	a pre	esent	ce.				
						-1 -					-1 -	- 0001		
				<i>'</i>	em	_de					a	e 2021	•	
		Nome c	ompleto	e assi	natur	a do	repre	esent	ante	legal	da e	empres	a	
Nom	a (ompleto,	nímero	de ins			CPC o		inati	ura do	Cont		ου Τάση	nico
IVOIII		whreco,	TIUILIETO	CC TIID	Contá					ira do	COIIC	.aaor	ou ieci	1100



ANEXO III

Processo Licitatório..: 34/2021 Modalidade Tomada de Preços N° 1/2021

PROPOSTA FINANCEIRA

Item	Qtd/Uni	Especificação	Preço	Unitário	Preço	Total
1	1,0000 UN	Execução de obra de pavimentação asfáltica				
		com CBUQ, com fornecimento de material e				
		mão-de-obra, sob forma de				
		empreitada global, para parte da Av. irmãs				
		Consolata.				
		deverão ser executados os serviços				
		pertinentes conforme especificado				
		no memorial descritivo em anexo, orçamento				
		discriminado, cronograma				
		físico-financeiro e projeto da obra.				
		Valor de Referência: 325.500,0000				
		Marca:				
Fornecedor	:					
Endereço	:					
CNPJ	:					
Cidade	:					
Telefone	:	Fax:				
Demais cond	ições conf	orme Edital da Tomada de Preços nº				
Validade da	Proposta:	60 (sessenta) dias				
Demais cond	ições conf	forme descrito no edital da Tomada d	de Pro	eços N° 1/	2021	
Data da Pro	posta:	_ / /				

Nome e Assinatura do Representante Legal Carimbo: